

# Pensando sobre a constituição do binário normal-abjeto: do *perverso polimorfo* na psicanálise freudiana ao *gênero performativo* de Judith Butler

Érica Aparecida Kawakami<sup>1</sup>

## Resumo

A proposta desta reflexão, de caráter evidentemente introdutório, é destacar alguns dos discursos que foram se constituindo em torno da sexualidade, procurando evidenciar aqueles aspectos que deram sustentação à nomeação do normal e do abjeto, particularmente, nas formulações psicanalíticas elaboradas por Sigmund Freud nos seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade: As aberrações sexuais, A sexualidade infantil e As transformações da puberdade*, na análise procedida por Michel Foucault acerca do dispositivo da sexualidade e nos escritos desestabilizadores das teóricas Gayle Rubin e Judith Butler.

**Palavras-chaves:** psicanálise, sexualidade, heteronormatividade, abjeção.

---

<sup>1</sup> Psicóloga, professora-formadora no curso *Educação para as relações étnico-raciais* (NEAb/UFSCar), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ Universidade Federal de São Carlos).

Interessa-nos nesta reflexão<sup>2</sup>, de caráter evidentemente introdutório, observar alguns dos discursos edificados em torno da sexualidade e seus desdobramentos na nomeação do normal e do abjeto<sup>3</sup>, particularmente, nas formulações psicanalíticas elaboradas por Sigmund Freud em seus ensaios sobre sexualidade, na análise procedida por Michel Foucault e nos escritos das teóricas do feminismo Gayle Rubin e Judith Butler<sup>4</sup>. De maneiras distintas, os três autores mencionados empreendem releituras da psicanálise freudiana, seja para propor reinseri-la criticamente nos debates acerca das sexualidades, reatualizando-a, evidentemente, seja para contestá-la.

O movimento psicanalítico sofreu grandes cisões desde Freud, fato que promoveu a ampliação dos temas abordados e do próprio campo teórico. Se a retomamos nesse trabalho é pela persistência de proposições psicanalíticas nas produções que tematizam sobre as sexualidades e normalidade por mais de um século, sobretudo, pela possibilidade de destacarmos alguns aspectos das elaborações freudianas que possam subsidiar a leitura dos demais autores quando se referem a concepções psicanalíticas acerca da sexualidade.

*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de Sigmund Freud, publicados em Viena, em 1905, constituem um dos dois textos fundamentais sobre os quais se sustenta a teoria psicanalítica, como asseguram autores psicanalíticos, dentre os quais, Garcia-Roza (2000). O próprio autor dos *Três Ensaios* os retomou para inúmeras modificações e acréscimos, ao longo dos 20 anos após a primeira publicação. Contudo, cerca de uma década antes da publicação dos *Ensaio*s, a sexualidade já havia se tornado objeto da atenção de Freud, em seus estudos sobre a histeria, ocasião em que ainda não admitia a existência de uma sexualidade infantil.

No ensaio *As aberrações sexuais*, Freud afirma que a “opinião popular”<sup>5</sup> tem uma representação bem definida da natureza e características da pulsão sexual – a de que ela estaria ausente na infância, seria sentida na puberdade e exteriorizada nas manifestações de atração de um sexo pelo outro e seu objetivo, no entendimento “popular”, seria a união sexual ou os atos que tivessem esse propósito. Para o autor, tais representações “populares” continham, além de erros, imprecisões e conclusões apressadas. Freud afirmava a existência de um considerável número de pessoas que não se enquadravam nessa representação, como as consideradas “invertidas” sexualmente, por se comportarem de maneira muito “diversificada” em vários aspectos (1996, p. 129), como em relação ao objeto sexual tomado, que é do mesmo sexo (ocasionalmente ou exclusivamente). Trata-se de um texto ambíguo que ora parece analisar pulsão e desejo com base em concepções biológicas, hereditárias; ora envolvendo-os

---

2 Debruçar-me sobre esta inquietante temática foi possível pelas não menos inquietantes aulas do prof. Richard Miskolci, no PPGS/UFSCar, no decorrer de 2012.

3 Miskolci (2012, p. 40) permite o entendimento da abjeção ao escrever: “o abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante”. Para pensarmos sobre a construção colonial do corpo negro como corpo abjeto, destacamos a obra desafiadora de Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Em seu livro posterior, *Os Condenados da Terra*, ele escreve também sobre como o negro é construído não só como abjeto, desfigurado, mas como produtor de abjeção. Nesse esquema, ele seria, “ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. “[...]” o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas [...]” (FANON, 1979, p. 31).

4 Para a elaboração deste texto, consideramos, sobretudo, *A hipótese repressiva em História da Sexualidade I*, de Michel Foucault; *Pensando sobre Sexo*, de Gayle Rubin e *Proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual*, do livro *Problemas de gênero*, de Judith Butler e os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de Sigmund Freud: *As aberrações sexuais*, *A sexualidade infantil* e *As transformações da puberdade*.

5 Aqui e ao longo do texto, as aspas indicam a apropriação de termos presentes nas obras mencionadas, ou seja, são citações literais de termos utilizados pelos próprios autores ou por seus tradutores.

num discurso mais relacional, de tensões, de proibições e manifestações, entre os múltiplos movimentos psíquicos do sujeito e seu mundo externo, onde “quase tudo” seria possível.

Note-se que, embora Freud utilize o termo *desvios* para se referir à *inversão* sexual, ele se recusa a atribuir-lhe um caráter inato ou concebê-la como um sinal de “degeneração”. Em sua explicação para a *inversão*, rejeita também demais concepções apresentadas na época, como a suposição de que para as funções sexuais existissem e correspondessem áreas cerebrais delimitadas (“centros”) masculinas e femininas; e a teoria do “hermafroditismo psíquico” que pressupunha que “o homem invertido sucumbiria, como a mulher, ao encanto proveniente dos atributos masculinos do corpo e da alma; sentir-se-ia como uma mulher e buscaria o homem” (FREUD, 1996, p. 136). Antes, Freud recorre à ideia de uma disposição bissexual do aparelho psíquico humano e de perturbações que afetariam a pulsão sexual em seu “desenvolvimento”, e retoma o contexto da Antiguidade Clássica para apoiar suas reflexões sobre a inversão.

Contudo, em uma nota de rodapé, acrescentada cinco anos mais tarde ao texto inicialmente publicado, Freud afirma que a psicanálise, apesar de ter fornecido contribuições a respeito do mecanismo psíquico de formação da inversão e “enriquecido substancialmente a colocação dos problemas envolvidos” (1996, p. 137), não conseguiu esclarecer completamente sua origem. Nessa ocasião, Freud assegurava que apenas um “tipo” de invertido havia se submetido à psicanálise<sup>6</sup>, o que limitava a sua compreensão psicanalítica da inversão, pois o problema da inversão seria sumamente complexo e incluiria “tipos muito diversificados de atividade e desenvolvimento sexuais” (p. 137). Em outro acréscimo, feito cinco anos depois, em 1915, o autor enfatiza que a sexualidade “normal” não é um dado da natureza e que a homossexualidade, por exemplo, surge como uma *variante* da pulsão sexual normal e afirma:

A investigação psicanalítica opõe-se com toda firmeza à tentativa de separar os homossexuais dos outros seres humanos como um grupo de índole singular. [...] todos os seres humanos são capazes de fazer uma escolha de objeto homossexual e que de fato consumaram-na no inconsciente. As vinculações por sentimentos libidinosos com pessoas do mesmo sexo desempenham, inclusive, no papel nada insignificante como fatores da vida anímica normal, e um papel ainda maior que as vinculações semelhantes com o sexo oposto como motor do adocimento. [...] No sentido psicanalítico, portanto, o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidência indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química. A conduta sexual definitiva [...] resulta de uma série de fatores inabarcáveis, de natureza em parte constitucional, em parte accidental. [...] a multiplicidade dos fatores reflete-se na diversidade das condutas sexuais manifestas nos seres humanos (1996, p. 137-138).

Freud descreve o predomínio de “constituições arcaicas” e “mecanismos psíquicos primitivos”<sup>7</sup> na inversão, como a “escolha narcísica de objeto” e a “retenção da importância erótica da

---

6 Algumas páginas antes, o autor afirmara que algumas pessoas invertidas “aceitam a inversão como algo natural, tal como os normais aceitam a orientação de sua libido, e defendem energicamente sua igualdade de direitos com os normais. Outros, porém, rebelam-se contra o fato de sua inversão e a sentem como um compulsão patológica” (1996, p. 130). Essa insurreição, segundo Freud, é que possibilitaria ao sujeito submeter-se à psicanálise.

7 Os termos arcaico e primitivo, nesse excerto, referem-se ao início da constituição da vida psíquica, mais próximos à ideia de rudimentar.

zona anal”, mas alerta que tais peculiaridades não permitem agrupar os invertidos em categorias diferentes dos não invertidos, uma vez que essas mesmas características estariam presentes na constituição dos “tipos transicionais” e “normais”, assegurando que a diferença entre essas pessoas é apenas quantitativa, embora as diferenças nos resultados possam ser de natureza qualitativa. Mesmo nos casos em que a pulsão sexual toma como objeto sexual “pessoas sexualmente imaturas” (crianças) ou animais, Freud não admite atribuir à loucura ou à doença essas e outras “aberrações graves da pulsão sexual”, aqui também a variação estaria relacionada ao grau de intensidade. Assim também, certo grau de fetichismo, escreve, costuma ser próprio do “amor normal” e continua:

A experiência cotidiana mostrou que a maioria dessas transgressões, no mínimo as menos graves dentre elas, são um componente que raramente falta na vida sexual das pessoas sadias e que é por elas julgado como qualquer outra intimidade. Quando as circunstâncias são favoráveis, também as pessoas normais podem substituir durante um bom tempo o alvo sexual normal por uma dessas perversões, ou arranjar-lhe um lugar ao lado dele. Em nenhuma pessoa sadia falta algum acréscimo ao alvo sexual normal que se possa chamar de perverso, e essa universalidade basta, por si só, para mostrar quão imprópria é a utilização reprobatória da palavra perversão. Justamente no campo da vida sexual é que se tropeça com dificuldades peculiares e realmente insolúveis, no momento, quando se quer traçar uma fronteira nítida entre o que é mera variação dentro da amplitude do fisiológico e o que constitui sintomas patológicos (1996, p. 152).

Ao se referir ao que é descrito na época como perversão, Freud reconhece que é antes a “repugnância” ou o “asco” que conferem às práticas sexuais o “selo da perversão” e assevera que uma predisposição às perversões também faria parte da constituição do que ele chama de normal. Desse modo, a repugnância que algumas pessoas relatam diante do uso sexual do orifício anal e o sentimento de asco diante de uma prática que consideram pervertida, como tocar com os lábios ou a língua a genitália de outra pessoa, é mencionada com ironia: “mas os limites desse asco são, muitas vezes, puramente convencionais; aquele que beija com ardor os lábios de uma bela jovem talvez usasse com asco a escova de dentes dela, embora não tenha nenhuma razão para supor que sua própria cavidade bucal seja mais limpa que a da moça” (FREUD, 1996, p. 143).

Contudo, é no próximo ensaio *A sexualidade infantil*, que Freud desenvolve o argumento de que a sexualidade se manifesta na infância, onde a pulsão não estaria centrada, mas seria auto-erótica<sup>8</sup>, ou seja, não se dirigiria ao outro, mas encontraria satisfação no próprio corpo. O autor mostra que a criança traz em seu psiquismo a disposição para todas as transgressões, apresentando, portanto, uma disposição perversa polimorfa, ou seja, essa disposição seria “universalmente humana e originária”. A sexualidade na infância, de caráter predominantemente masturbatório, seria, então, fragmentada em diferentes pulsões parciais vagando entre objetos e objetivos perversos. É na infância, “à custa de grande parte das moções sexuais perversas” e com o apoio da autoridade, da “moral” (“vergonha, repugnância, asco”), da educação, de certas experiências, por exemplo, que a pulsão sexual será mantida em “cer-

---

8 Termo introduzido por Havelock Ellis e apropriado, de maneira um tanto distinta, por Freud, nesse seu ensaio.

tos rumos”.

Para a psicanálise freudiana, embora tenhamos todos disposição para as perversões, as quais recalamos e esquecemos, na vida adulta teremos nos tornado homem ou mulher<sup>9</sup>, a não ser que o curso da pulsão seja alterado por fatores que perturbem o seu desenvolvimento. Nossa pulsão sexual poderá permanecer fixada num objeto libidinal que remonte à infância e, ainda que não nos acusem de loucos, degenerados ou doentes, estaremos fora das fronteiras da normalidade, do que é sadio<sup>10</sup>. A esse respeito, vejamos o que observam os psicanalistas contemporâneos, Laplanche e Pontalis (1998):

Ainda que a disposição perversa polimorfa defina toda a sexualidade infantil, ainda que a maior parte das perversões se detectem no desenvolvimento psicosssexual de qualquer indivíduo, ainda que o termo desse desenvolvimento – a organização genital – “não seja óbvio” e dependa de uma estruturação não da natureza, mas da história pessoal, nem por isso é menos verdade que a própria noção de desenvolvimento supõe uma norma (p. 342 – 343).

A definição do nosso objeto sexual poderá nos dizer, portanto, se se trata de um “sintoma patológico” ou não, esse é o lugar da sexualidade na psicanálise freudiana, mais precisamente nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, o lugar que nomeia o que escapa ao “curso do normal” e o que, embora potencialmente pervertido, mantém-se nos “rumos normais”. Mas qual é a norma para essa nomeação? Não se trata, como vimos, de buscá-la no consenso social, talvez no estabelecimento da organização genital, como supusera o próprio Freud nos seus *Ensaio*. Laplanche e Pontalis (1998) entendem que Freud conferiu à genitalidade o caráter normativo da sexualidade, lançando o primado da zona genital, já que ele afirmara que “a plena organização só se atinge com a fase genital” (p. 188), mas questionam se a norma na psicanálise não deve ser procurada em outro lugar.

Na perspectiva psicanalítica clássica, a verdade-essência do sujeito está em nível inconsciente e pode ser lida na sua sexualidade, princípio de inteligibilidade dos dramas pulsionais, cujo acesso pode se dar pelo método da interpretação analítica. O problema da interpretação seria menos os objetos interpretados e mais os pressupostos a partir dos quais se interpretam as manifestações psíquicas: matriz heterossexual, masculina, burguesa e branca. Ou seja, a interpretação dá-se no espaço-tempo da *heteronormatividade*<sup>11</sup>. É como se dissessem ao sujeito submetido à clínica psicanalítica: *não queremos saber o que você diz ou não diz, mas o que se esconde por trás de cada enunciação, cada associação sua, seus segredos mais profundos e recalados porque é aí que descobriremos a sua verdade (e a nomearemos)*. Para Foucault (1998), esse discurso é um instrumento estratégico de controle e poder na medida em que “explora a tentação de acreditar que é suficiente, para ser feliz, ultrapassar o umbral do discurso e eliminar algumas proibições. E, de fato, acaba depreciando e esquadrinhando

---

9 Freud afirma, por exemplo, já no final do último ensaio, num trecho que trata da “prevenção da inversão”, que “uma das tarefas implícitas na escolha do objeto consiste em não se desencontrar do sexo oposto” (p. 216).

10 Para Freud, poder-se-á julgar uma perversão como um sintoma patológico quando estiverem presentes nela características de *exclusividade* e *fixação* (ver FREUD, 1996, p. 153).

11 Miskolci (2012, p. 15), em seu livro sobre a *Teoria Queer*, escreve: “a heteronormatividade seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida”.

os movimentos de revolta e liberação” (p. 233).

Apesar da evidente contribuição dos estudos de Freud para o campo da sexualidade, ao aproximar as perversões de uma certa normalidade, e defendendo uma “diversidade inata da constituição sexual”, por exemplo, o que sem dúvida representou uma transgressão para o pensamento sobre sexualidade vigente na época, ainda assim a psicanálise freudiana aprisiona o sujeito num vir-a-ser evolucionista, num tornar-se homem ou mulher<sup>12</sup> inescapável, a não ser pela via de uma “vida sexual anormal”, sob a forma de um conteúdo recalcado que retorna, de um percurso da pulsão sexual que foi impedido - pelas experiências ou por fatores constitucionais - de seguir o fluxo esperado para a espécie até a vida adulta, onde estaria definida a escolha do objeto sexual preferencial. A sexualidade seria então, no corpo psicanalítico, o lugar do “discurso da pulsão”, como enunciou Garcia-Roza (2000), o lugar do primado da zona genital para os processos de nomeação do patológico e do normal. Essa primazia dar-se-ia, na concepção freudiana, pela função reprodutora ou pelo “privilégio na ordem da inscrição do prazer” (p. 107). A contradição dessa concepção está no fato de, justamente a psicanálise, que conjectura sobre o desejo e o inconsciente, apegar-se a um viés biologista ao propor também que a mesma pulsão deva servir à manutenção da espécie, chegando à sua plenitude ou completude no encontro genital, como discute Garcia-Roza. Mais problemático ainda é que acaba contribuindo com a conformação dos corpos, restringindo sua movimentação no mundo, porque os marca estereotipadamente como corpos masculinos ou corpos femininos.

Cerca de 70 anos após a elaboração das concepções freudianas acerca da sexualidade, é publicado na França, em 1976, o livro *Historia da sexualidade I: a vontade de saber*, de Michel Foucault, onde ele denuncia, entre outros aspectos, as funções de normalização da psicanálise e o “conformismo de Freud” em relação ao tratamento das sexualidades não autorizadas. Foucault é crítico e irônico em relação à psicanálise ao dizer, por exemplo, fazendo referência à centralidade atribuída à sexualidade na constituição do sujeito, que “o homossexual do século XIX torna-se uma personagem. [...] Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre” (2005, p. 13), aqui encerrando com menção ao inconsciente psicanalítico<sup>13</sup>. A pretensão foucaultiana nesse texto é, por meio de sofisticadas análises históricas, buscar as instâncias de produção discursiva e o fio que, durante séculos, ligaram o sexo e a procura da verdade. Foucault assegura ter havido nesses três últimos séculos uma incitação discursiva em torno do sexo (embora falando-se dele como segredo), claro que a partir de um vocabulário autorizado pela polícia dos enunciados. Nesse sentido, afirma que ao mesmo tempo em que há incitação discursiva (polimorfa) em torno do sexo, há regulação, uma espécie de “economia restritiva”, como denomina. O advento do “sacramento da confissão” marca o início do exame de si próprio, da vigilância da carne, do sexo, dos desejos, das fantasias, dos sonhos, dos pensamentos, das imagens. Vigilância que permaneceu, pra além da confissão, na forma de uma “colocação do sexo em discursos” (úteis e públicos), submetendo-o ao “crivo interminável da palavra” (FOUCAULT, 2005, p. 27), cujo

---

12 Embora Freud admita que os conceitos de “masculino” e “feminino” figurem entre os mais ambíguos e se decomponham em sentidos diferentes.

13 O importante, diz Foucault (1998), “não são os *Três ensaios sobre a sexualidade*, mas a *Traumdeutung* (Interpretação dos sonhos). [...] Não é a teoria do desenvolvimento, não é o segredo sexual atrás das neuroses e das psicoses, é uma lógica do inconsciente...” (p. 261).

resultado foi modificações sobre o próprio desejo e a regulação do sexo para a manutenção de certos mecanismos de poder.

Do singular imperativo, que impõe a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente, aos múltiplos mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça incitam, extraem, organizam e institucionalizam o discurso do sexo, foi imensa a prolixidade que nossa civilização exigiu e organizou. [...] obstinamo-nos nessa tarefa; convencemo-nos [...] de que o essencial sempre nos escapa e ainda é preciso partir à sua procura (2005, p. 38).

Com o surgimento da “população”, na Europa desenvolve-se todo um discurso onde o sexo da população passa a ser objeto de observações, análise, estatísticas, intervenção, silenciamentos e disciplinamento, aliás, uma multiplicidade de discursos distintos, explica Foucault (2005), que se entrelaçam numa rede; são como que fios dispersados pela demografia, biologia, medicina, pela psiquiatria, psicologia, pela moral e crítica política, mas unidos nessa complexa rede. O sexo das crianças, a masturbação infantil, também passa a ser um problema público, em torno dele se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas<sup>14</sup>.

A explosão discursiva europeia que acontece nos séculos XVIII e XIX, ao contrário de uma suposta repressão, veio assegurar à monogamia heterossexual do casal burguês o lugar da regra no campo das práticas e dos prazeres sexuais, enquanto as sexualidades periféricas, mais avizinhas da delinquência e assemelhadas à loucura, agora proliferadas, são colocadas em circulação. A “sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos”, dos que “não amam o outro sexo”, dos que têm obsessões, “pequenas manias ou grandes raivas” (FOUCAULT, 2005, p. 46); todas essas sexualidades fragmentárias e fluidas é que serão interrogadas, sofrerão o processo da especiação e carregarão todos os estigmas do desvio pulsional não-genital, por meio de uma multiplicidade de categorias, não mais do quadro dos pecados, mas das doenças, como “loucura moral”, “neurose genital”, “desequilíbrio psíquico” (p. 47), para as quais a meticulosa classificação-patologização do saber-perito-médico foi, então, importantíssima<sup>15</sup>. Afinal, os discursos criam os objetos dos quais falam. Para Foucault (1998), a regulação, ou melhor, a sujeição da fala não seria o seu apagamento, tampouco sua exclusão, mas a definição do que será digno de fala e do que será silenciado. A psicanálise, nesse sentido, contribuiu propondo que cada palavra dita e não dita – os silêncios -, seus ritmos, cada fragmento de pensamento, cada intenção, ação, cada sonho, prazeres e desejo, fossem esmiuçados e retraçados todos os seus percursos, desde a mais tenra idade, e fossem “interpretados” como linguagem da sexualidade e, finalmente, alçados à “verdade” do sujeito. Quase que, para cada prazer, criava-se uma ameaça; afinal, o instinto era perigoso, era pre-

---

14 A partir das formulações de Foucault (2012, p. 111-112) podemos compreender discurso como práticas que sistematicamente criam o objeto de que falam. O autor concebe discurso como “uma série de segmentos descontínuo, cuja função tática não é nem uniforme nem estável. Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas ao contrário como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes. [...] os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”.

15 Para uma compreensão mais ampla, ver argumentações de Richard Miskolci (2003), em seu artigo *Reflexões sobre normalidade e desvio social*.

ciso nomeá-lo adequadamente, explicá-lo, cercá-lo. Ao discutir a produção da normalidade e do desvio, Miskolci (2003) escreve:

A psiquiatria separou a reprodução do instinto sexual. Nessa dissociação analítica reside um projeto, qual seja, o de apresentar o prazer como intrinsecamente ligado às “aberrações sexuais”. As teorias sobre os instintos e suas aberrações são necessariamente ligadas ao “problema” da imaginação e do prazer. A tríade instinto-imaginação- prazer reside por trás de todas as descrições de aberrações sexuais, ou, usando o termo que as abrangeria em uma categoria única: a degeneração (p. 112).

O *regime médico-sexual*, como o expressa Foucault (2005) - os saberes pedagógicos, psiquiátricos, psicológicos, os controles familiares - funcionam como mecanismos de incitação tanto de prazer quanto de poder, ao mesmo tempo captação e sedução,

prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abraça por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. [...] Tais apelos, esquivas, incitações circulares não organizaram, em torno dos sexos e dos corpos, fronteiras a não serem ultrapassadas, e sim, as perpétuas espirais de poder e prazer (2005, p. 52-53).

Assim, observa Foucault (2005), o poder, assumindo a sexualidade, ao mesmo tempo em que se torna mais vigilante, se sensualiza e instiga os prazeres. Ao contrário, portanto, de fixar fronteiras para as sexualidades “singulares” ou “despropositadas”, esse tipo de poder inscreve-as nos corpos<sup>16</sup>, marcando-os e marcando seus prazeres, pervertendo-os. Desse modo, diferentemente do que propusera Freud, para quem todo indivíduo é potencialmente perverso, pela natureza da pulsão-libido, para Foucault, a sociedade é que seria perversa na medida em que necessita da perversão (por isso a cria, mede-a, faz proliferar e procede à “catalogação das espécies”<sup>17</sup>) para legitimar a hegemonia da heterossexualidade. Claro, enquanto Freud está preocupado em definir as bases teórico-metodológicas e conceituais para uma disciplina dos desejos inconscientes, Foucault quer analisar o processo de sujeição que justamente emperra a própria constituição do sujeito (ele mesmo efeito de um saber-poder disciplinar e, diga-se, de um saber-poder masculino<sup>18</sup>); fazer a genealogia dos silenciamentos, como explica Bruni (2006).

---

16 E, também, em suas palavras, se retomarmos o método de investigação psicanalítico que consiste essencialmente em evidenciar não só o significado das ações e das produções imaginárias (sonhos, fantasias, delírios), mas também das palavras (LAPLANCHE E PONTALIS, 1998). Para Freud, por meio da palavra, pode-se tornar consciente o psíquico recalçado no sujeito.

17 Na perspectiva *queer*, discute Miskolci (2012, p. 18), “as identidades socialmente prescritas são entendidas como uma forma de disciplinamento social, de controle, de normalização”, por isso, a crítica a uma educação que procura simplesmente constituir novos vocabulários ou aumentar a sigla LGBT, mas permanece capturando (ou assassinando) as expressões afetivas e sexuais das crianças e jovens por meio de uma educação assentada na heteronormatividade - mesmo quando a proposta educativa se alinha com o que o autor chama de uma “luta pró-homossexualidade” - mantendo, portanto, “o impulso normalizador”, ao invés de dar o “passo insubordinado” de “desconstruir as normas e, sobretudo, as convenções culturais impostas por uma tradição que se imiscui em nosso cotidiano violentando nossos desejos e mesmo nossa humanidade” (2012, p. 48).

18 Miriam Adelman, no seu livro, *A voz e a escuta* (2009, p. 141), faz referência a esse “silêncio” de Foucault.

A partir das análises empreendidas por Foucault (2005), podemos entender a sexualidade como um dispositivo histórico que permitiu que o poder<sup>19</sup> se debruçasse, ao mesmo tempo, sobre a vida do corpo e sobre a vida da população. O seu lugar é aquele onde os corpos/indivíduos e a população/corpo social se atravessam. A sexualidade está, portanto, sujeitada ao poder disciplinar (mecanismo de sujeição dos corpos) e à regulação (da população, por um “bio-poder”), ligados um e outro pela “norma”: “administração dos corpos e gestão calculista da vida”, como sintetiza Martins (2006, p. 196).

Como mencionamos anteriormente, o ensaio *Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade*, escrito pela norte-americana Gayle Rubin, em 1984, também nos permite postular sobre os lugares dos binarismos que hierarquizam as diferenças, a partir de outro ponto de vista: a de uma antropóloga feminista. Na ocasião desse trabalho, Rubin encontrava-se insatisfeita com a predominância de interpretações psicanalíticas das “sexualidades variantes” e com o pressuposto geral de que a psicanálise era campo privilegiado para interpretações de diferenças de conduta sexual. Para a autora, a psicanálise, embora conferisse certa inteligibilidade à análise de gênero e identidade de gênero, não era suficiente para enfrentar convenientemente a questão da variação sexual, tampouco as teorias de parentesco e a categoria gênero. Rubin discorda da idéia de que o feminismo seja o campo privilegiado para uma teoria da sexualidade, já que o feminismo volta-se para a questão da opressão de gênero e não se pode derivar uma teoria da sexualidade de uma teoria de gênero. A sexualidade, assegura ela, não deriva do gênero. Rubin (2003) buscou acrescentar a prática sexual na lista de estratificações sociais e apontar a sexualidade como um “vetor de perseguição e opressão que atravessa outros modos de desigualdade social e que não pode ser reduzido ou incorporado em outros como classe, raça, etnia ou gênero” (RUBIN, 2003, p. 49).

O propósito desse ensaio de Rubin é tecer as relações entre sexo e política. Para a autora, o sexo é sempre político, uma vez que o campo da sexualidade também tem sua própria política interna, suas desigualdades e modos de opressão e histórico. Há momentos, afirma, em que o sexo é renegociado, atualizado, prescrito, legislado. Rubin nos oferece, como exemplo, o período que se estende do final da década de 1940 ao início de 1960, no qual comunidades eróticas que não se ajustavam ao sonho americano do pós-guerra passaram a sofrer intensa perseguição política e sexual. Na década de 1950, inclusive, a “ameaça homossexual” e o “criminoso sexual” (que se tornara objeto de temor e vigilância pública) foram equiparados.

Com uma “teoria radical do sexo”, Rubin (2003) pretendia identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual. Contudo, relacionava uma série de impedimentos ao desenvolvimento de uma tal teoria, as formações ideológicas sobre pensamento sexual que o concebiam como dado da natureza, imutável, a-social e a-histórico; perigoso, pecaminoso, se seus fins não fossem a procriação; um caso singular, sobrecarregado de significados, encarado com suspeita e severidade. “Pequenas diferenças na forma de encará-lo e praticá-lo”, disse a autora, “são sempre consideradas como ameaças universais” (2003, p. 23). Nesse aspecto, a autora apreendeu as hierarquizações sociais das práticas sexuais, do anormal/abjeto/incapacitados ao normal/respeitável/autorizados, na forma de uma *pirâmide de respeitabilidade*, em cujo topo encontrava-se o casal heterossexual monogâmico legítimo e na base, os indivíduos considerados desajustados de personalidade ou criminosos: transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo e, mais abaixo ainda, o

---

19 Roberto Machado, na introdução que escreve ao livro *Microfísica do poder*, de Foucault (1998), nos lembra que há uma positividade no poder. O poder “produz o real, produz domínios de objetos e rituais de verdade. [...] E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo” (p. XVI).

sexo intergeracional e a pedofilia, considerada expressão máxima da abjeção. Todas essas sexualidades não hegemônicas estariam associadas ao repulsivo (abjeto) e à ausência de qualquer vínculo emocional, sendo-lhes negada, portanto, a própria humanidade. Eram representadas como uma ameaça tanto às crianças quanto à segurança da nação e duramente perseguidas. A legislação sobre sexo promovia um verdadeiro *apartheid* sexual.

Rubin (2003) propõe a reformulação do conceito de opressão sexual porque derivava do entendimento biológico da sexualidade, o rompimento com essa *epistémé* que pensava o sexo a partir de um modelo de instintos e suas restrições e defende uma “ética sexual pluralista” - baseada não em modelos binários, já que esses não dão conta das diferenças e variações sexuais. Rubin argumenta em favor da eliminação das “sexualidades obrigatórias” e os papéis sexuais; e de “uma sociedade andrógina e sem gênero (embora não sem sexo), na qual a anatomia sexual de uma pessoa seja irrelevante para o que ela é, para o que ela faz e para a definição de com quem ela faz amor” (2003, p. 22). A autora recusa-se a aceitar que a sexualidade humana possa ser determinada pelo corpo, pelo cérebro, pela genitália ou pela capacidade de linguagem. Embora necessários, não determinam seu conteúdo, suas experiências, ou suas formas institucionais.

Já a filósofa norte-americana, Judith Butler, no livro *Problemas de Gênero*, de 1990, problematiza a idéia de um gênero socialmente construído e, de um sexo como algo natural, anterior ao gênero, do qual este decorreria. A sua proposição é a de que também o sexo não seja um dado da natureza, anterior a uma lei de interdição, ou seja, cultural e politicamente indeterminado. Para ela, o sexo é efeito discursivo e cultural tanto quanto o gênero, portanto, fabricado. Diz ela: “o próprio conceito de sexo-como-matéria, do sexo-como-instrumento-de-significação-cultural, é uma formação discursiva que atua como fundação naturalizada da distinção cultura/natureza e das estratégias de dominação por ela sustentadas” (BUTLER, 2003, p.66). Nesse sentido, argumenta que a relação binária entre cultura e natureza é uma forma de hierarquização e de reificação de relações de subordinação, onde é a cultura que confere significado universalizante à natureza, “transformando-a, conseqüentemente, num Outro a ser apropriado para seu uso ilimitado” (p. 66).

Para Butler (2003), não há um antes e um depois da culturalização do sexo. Não há um sexo antes da construção discursiva do gênero. Não existe aquela base biológica sobre a qual se inscreveria o gênero. E mais, não há um corpo ou um sexo anterior à sua própria enunciação. “Tornar-se” um gênero, para Butler (2003), seria tornar-se naturalizado, por meio de um processo que implicaria na diferenciação de prazeres e de partes do corpo, concepção da qual discorda, explicando que “algumas partes do corpo tornam-se focos concebíveis de prazer precisamente porque correspondem a um ideal normativo de um corpo já portador de um gênero específico” (p.108), portanto, já conformado de acordo com uma matriz heterossexual que regula quais prazeres estão autorizados e quais não, dependendo do corpo.

O teórico dos estudos culturais, Stuart Hall, ao discutir a contribuição de Butler para os estudos da identidade, afirma que para ela “o sexo é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa. O sexo é um *constructo* ideal que é forçosamente materializado através do tempo” (2000, p. 127).

Contudo, como são materializadas as diferenças, os desejos e as regulações nos corpos? Por meio de reiterações das normas, que aos poucos, vão marcando nos corpos o que é incessantemente repetido, nomeado. É o que acontece também com a materialização do sexo. “Não se trata, portanto, de uma escolha, mas de uma coibição, ainda que esta não se

faça sentir como tal. Daí seu efeito a-histórico, que faz desse conjunto de imposições algo aparentemente *natural*”, esclarecem Miskolci e Pelúcio (2007, p. 258). Assim, se estabelece quem são os sujeitos de direitos, os sujeitos políticos, que terão suas vidas respeitadas, em detrimento dos que terão suas vidas seqüestradas, os de “vida nua”; materializam-se as pessoas como mais ou menos humanas, num gradiente entre normalidade e abjeções, definido pela matriz heterossexual e regulado pela heteronormatividade.

E os corpos, escapam à Lei que convoca, disciplina, vigia, produz e regula? Para Butler (2003), não há nenhum sujeito fora da lei, mas há sempre corpos que escapam - corpos estranhos - não no sentido de uma resistência planejada ou intencional, mas como um deslocamento das relações de poder, também pela repetição performativa, explicam Miskolci e Pelúcio (2007), capaz de provocar fissuras que desestabilizem os binarismos fundados na heteronormatividade. Entretanto, esses deslocamentos não podem se dar no plano individual, mas coletivo, como possibilidade de articulação de outras alternativas ao já estabelecido. A esse respeito, escreve Louro (2001),

o sujeito não decide sobre o sexo que irá ou não assumir; na verdade, as normas regulatórias de uma sociedade abrem possibilidades que ele assume, apropria e materializa. Ainda que essas normas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos “abjetos” – aqueles que escapam da norma. Mas, precisamente por isso, esses sujeitos são socialmente indispensáveis, já que fornecem o limite e a fronteira, isto é, fornecem “o exterior” para os corpos que “materializam a norma”, os corpos que efetivamente “importam” (p. 549).

Nossa apreciação geral dos aspectos destacados anteriormente nos leva a pensar que a psicanálise apresenta possibilidades de revisão crítica e geopoliticamente localizada, a partir da problematização e ampliação de conceitos escritos há mais de um século, num contexto muito particular, a sociedade burguesa austríaca em torno da virada do século XX. A despeito dos empreendimentos totalizadores de Freud ao descrever mecanismos, instâncias e topografias psíquicas, atravessadas por um viés biológico e de ambições universalizantes, a psicanálise nos oferece elementos ricos para a compreensão de processos de subjetivação ou dos “processos interiores que podem fazer com que “interpelações” sejam produzidas ou, de forma mais importante, que podem fazer com que elas fracassem e encontrem resistência, ou sejam renegociadas” (HALL, 2000, p.123), aspecto negligenciado nos escritos iniciais de Foucault, mas retomado (e inacabado) nos últimos volumes de *História da Sexualidade*.

---

## Referências Bibliográficas

ADELMAN, M. *A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

BRUNI, J. C. O silêncio dos sujeitos. *In: O legado de Foucault*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

BUTLER, J. A matriz heterossexual. *In: Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FANON, F. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. A hipótese repressiva. *In: História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FREUD, S. Três ensaios sobre a sexualidade. *In: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 103-133.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOURO, G. L. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. *Rev. Estud. Fem.* vol.9, no.2. Florianópolis: \_\_\_\_ 2001.

MARTINS, C. J. A vida dos corpos e das populações como objeto de uma biopolítica na obra de Michel Foucault. *In: O legado de Foucault*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MISKOLCI, R. Reflexões sobre normalidade e desvio social. *In: Estudos de Sociologia*. vol. 13. Araraquara: UNESP, 2003. p. 109-124.

MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *In: Revista Gênero*. vol. 7, n. 2. Florianópolis: IEG, 2007. p. 255-267.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFOP, 2012.

RUBIN, G. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *In: Cadernos Pagu*. vol. 21. Campinas: Unicamp, 2003.